

O cotidiano da repressão policial no Rio de Janeiro da Belle Epoque (1902-1906).

Daniele dos Reis Crespo*
Mestranda em História – UFJF

A atuação da polícia no Rio de Janeiro nos dias atuais é revestida de um caráter complexo e difuso. Ela é solicitada incessantemente para o combate da criminalidade e aplaudida ao solucionar casos como o do assassinato do jornalista Tim Lopes. Em outros momentos porém é totalmente desacreditada pela população que descobre que a aquela que deveria zelar pela justiça, é responsável por chacinas, atos violentos e corrupção. No momento, é necessário que paremos de procurar culpados ou inocentes para o atual estado das coisas; é preciso tentar compreender, reconstituir a trajetória, não só da polícia como da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, para assim construir soluções que não se baseiem em esquemas irreais.

O nosso objetivo aqui não é discutir se a polícia é boa ou não e sim observar o quanto necessário é estudá-la amiúde, observando como ela age frente as mais diversas situações e como os populares recebem essa ação, ou seja, ver como se dá a repressão e a resistência. Devido a amplitude do objeto, optamos pelo recorte temporal dos anos de 1902-1906, pois a partir de uma análise mais microscópica poderemos compreender melhor a construção da repressão e da resistência através da apresentação de uma fonte pouco explorada: os livros de registro de ocorrência das delegacias¹.

A força policial: de sua implantação ao início da República

A polícia é uma conhecida de longa data de toda a sociedade e poucas vezes paramos para pensá-la enquanto uma instituição estabelecida e regida por poderes ou

* Professora da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro.

¹ Entre os poucos que se aventuraram por esse tipo de fonte está Marcos Luiz Bretas com seu livro *“Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907-1930.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

enquanto uma categoria profissional como uma outra qualquer². A polícia é algo natural³ em nossas vidas e compreendemos e concordamos com seu papel de vigiar, manter a ordem, julgar. Numa relação um tanto dúbia⁴, ao mesmo tempo que nos limita e até mesmo incomoda, nos protege. Uma relação de amor e ódio, confiança e desconfiança. Necessidade e competência versus inutilidade e incompetência.

A chegada da corte no Rio de Janeiro no ano de 1808 levou a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, ficando esta responsável pela fiscalização e autorização das obras públicas; por garantir o abastecimento da cidade (principalmente o de água, através da guarda de chafarizes); por zelar pela segurança pessoal e coletiva, o que incluía a manutenção da ordem pública (fiscalização de divertimentos públicos, repressão a mendicância, vadiagem, contrabando...); pela vigilância da população; pela investigação dos crimes e a captura de criminosos. Além disso, ainda deveria auxiliar na extinção de incêndios e no serviço de iluminação e exercer censura prévia da imprensa⁵. A partir desse vasto leque de atribuições podemos perceber que a polícia nesse primeiro momento era utilizada para suprir a ausência de uma rede de serviços e funcionários, preocupação criada devido a necessidade de dar um certa urbanidade e civilidade para a colônia que agora abrigava a família real.

Um ano depois temos a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, “uma força policial de tempo integral, organizada militarmente e com ampla autoridade para manter a ordem e perseguir criminosos”⁶. A Guarda Real deixou para a posteridade uma lembrança de violência e repressão contra a população da cidade através da figura do seu comandante Miguel Nunes Vidigal, que teve sua atuação violenta imortalizada no folclore como “ceias de camarão”⁷. O alvo de sua repressão eram os escravos e pobres, que muitas vezes não faziam nada mais do que se divertir. Se realmente existia uma alta

² A polícia é um excelente exemplo de órgão público moderno que surgiu a partir do Estado absolutista e tem um papel preponderante no Estado contemporâneo. BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 10.

³ A naturalização da polícia faz com que não seja pensado como e por quê ela age. Ela exerce “naturalmente” seu poder contra os “inimigos do Estado” a partir da execução de leis desiguais. Ibid, p. 11.

⁴ Essa relação de dubiedade perpassará toda a história da polícia e de seu relacionamento com a sociedade, principalmente com os pobres, que vêem na polícia ora um inimigo, ora uma necessidade... Mas nunca um amigo.

⁵ HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 46. BRANDÃO, Berenice Cavalcante et alli. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Puc-RJ, Divisão de Intercâmbio e edições, 1981, p. 91-92.

⁶ HOLLOWAY, Thomas H. Op. cit., p. 47.

⁷ “Ceias de camarão” porque os que eram pegos pela Guarda Real eram tão brutalmente tratados e o estado em que ficavam era tão lastimável que fazia lembrar o ato de descascar o camarão até chegar a carne rosa. Ibid, p. 49.

probabilidade da “ordem pública” ser perturbada por esse tipo de confraternização onde se dançava e bebia, existia também uma profunda incompreensão do diferente e de abuso de poder, sendo a polícia um instrumento para fazer cumprir as regras que uma determinada classe decidia serem as que deviam ser seguidas. A relação assim estabelecida nos primeiros anos do serviço policial com a população foi inicialmente de um medo profundo, seguido de um enorme falta de contentamento e de justiça. A Guarda Real seria abolida em 1831 depois de um movimento de insubordinação coletiva que visava o fim dos castigos corporais para os militares⁸ sendo substituída pela Guarda Municipal.

A Guarda Municipal⁹ teve uma curta existência e sua atuação se deu nos distúrbios políticos de 1831¹⁰; ela porém era apenas um recurso temporário utilizado enquanto se organizava a Guarda Nacional nesse mesmo ano, substituindo todas as outras forças existentes. Uma certa desconfiança na eficiência da guarda nacional fez nascer o Corpo de Guardas Municipais permanentes nesse mesmo ano, que depois passou a se chamar em 1866 Corpo Militar de Polícia da Corte. Ao observamos as atribuições diversas que a polícia passa a ter nesse momento percebemos o quão ela perpassa em todas as esferas sociais, vigiando todas as instâncias da vida pública¹¹.

“As patrulhas deveriam prender todos os que estivessem cometendo crime, tivessem cometido crime recentemente ou estivessem para cometer crime, os participantes de reuniões de três ou mais pessoas com intento criminosos(...) ou os participantes de reuniões noturnas, não-autorizadas, de cinco ou mais pessoas(...) manter sob controle a multidão nos eventos públicos autorizados e prender todos os envolvidos em motins ou agitações e que cometessem atos ofensivos à moral pública ou portassem armas (...) tinham permissão para revistar qualquer pessoa suspeita em

⁸ Ibid, p. 79-81. É curioso pensar sobre esse episódio pois vemos as forças que deviam preservar a ordem pública serem responsáveis por um motim que desordenou a cidade e que solicitava o fim dos castigos corporais quando eles mesmos eram conhecidos pela violência que tratavam os criminosos ou não. Sobre movimentos nas forças armadas que visavam o fim dos castigos corporais confira NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

⁹ A Guarda Municipal foi criada alguns meses antes da extinção da Guarda Real.

¹⁰ HOLLOWAY, Thomas H. Op. cit., p. 77.

¹¹ Ainda na década de 30 surge a necessidade da criação de um mecanismo para a aplicação do Código Criminal, nascendo assim a Secretaria de Polícia, que daria origem a Polícia Civil que conhecemos. Ela deveria fazer o elo entre a polícia militar e o juiz, entre o crime e o tribunal. Suas funções eram: “copiar, arquivar e despachar relatórios e correspondência, encaminhar requerimentos e pedidos de inquérito e transmitir ordens e regulamentos(...) manter os registros das prisões e outros registros dos estrangeiros que entravam no porto ou dele saíam(...) coordenavam ataques aos quilombos de escravos foragidos nos morros da cidade, entregavam documentos legais, juntavam provas relacionadas com crimes maiores como roubo e homicídio(...)” Ibid, p. 111.

busca de armas e entrar nas residências particulares durante o dia para efetuar prisões. À noite, só podiam entrar nas casas quando seus moradores pedissem ajuda. Tinham autorização para entrar em tavernas, armazéns e outros edifícios públicos e a qualquer momento para efetuar prisões ou desfazer ajuntamento de escravos(...).Estavam, porém, autorizados a ‘aplicar a força necessária para efetuar-se a diligência’ no cumprimento de sua missão contra todos que resistissem a ‘ser presos, apalpadados e observados’ “¹²

A polícia assim passa a ser um elemento que irá perpassar todo o cotidiano, (principalmente o da população pobre, que praticava com frequência atividades que eram consideradas suspeitas) tendo o monopólio da força e podendo fazer uso legalmente da violência para fazer cumprir suas “obrigações”. Existe na verdade um caráter de parcialidade muito forte no esforço para o cumprimento das leis e até mesmo no tratamento dispensado para determinados membros da sociedade. As classes abastadas deviam ser protegidas enquanto as classes pobres deviam ser policiadas¹³, logo o uso da força só seria utilizado para o tratamento com a segunda.

Já no final do Império, 80 anos passados desde sua criação, ela continuava fazendo uso de intimidação e maus-tratos. A hostilidade e o medo agora cediam lugar também para a violência recíproca entre público e polícia através de revoltas como a do Vintém, pela prática de capoeiragem, pelo desrespeito tácito ao toque de recolher... Se a repressão era implacável, a resistência começava a se avultar.

Em 1889, o Corpo Militar de Polícia da Corte passa a se chamar Brigada Policial da Capital Federal até 1905, quando passaria a se chamar Força Policial do Distrito Federal¹⁴.

Essa pequena introdução constitui um panorama bem rápido e amplo da criação do aparelho policial e nos deu pequena amostra de como se estruturou a força policial na cidade do Rio de Janeiro, deixando claro que ela sempre foi um instrumento de manutenção de poder e que sempre foi utilizado contra a maioria da população.

A partir de agora, através de um recorte menor que se concentra em determinado período do regime republicano, analisaremos mais de perto o cotidiano da repressão policial e o de resistência popular.

A República e o Rio de Janeiro

¹² Ibid, p. 93-94.

¹³ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.164.

¹⁴ Ibid, p. 43-48.

A proclamação da República brasileira em 1889 foi tratada na época como um passo para o futuro, que tiraria o país da letargia do período da dominação portuguesa e garantiria a sua entrada num clube seleto de grandes nações. Para que isso acontecesse era necessário que outras medidas se unissem ao novo regime para transformar o Brasil. A primeira dessas medidas era dar um novo aspecto a capital, fazendo dela um cartão de visitas, alterando o seu perfil de cidade atrasada. Iniciaram-se assim as reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro, que trariam a salubridade e a modernidade.

“Entretanto o Rio de Janeiro é o Brasil. O estrangeiro que aqui desembarca, de passagem num transatlântico, leva de sua rápida visita à nossa desprovida cidade uma triste idéia de todo nosso país. E esse estrangeiro, como milhares de outros que por aqui passam, é uma voz a proclamar nos serões de família e nas rodas de amigos o nosso descrédito.(...) Procurar tornar o Rio de Janeiro, pois uma cidade moderna, confortável, e civilizada, é a necessidade indeclinável e inadiável do nosso problema econômico(...). E quando o Rio de Janeiro deixar de ser a cidade que ainda hoje é, eu lhes direi o que será o Brasil.”¹⁵

O ano de 1902 foi escolhido como marco inicial pois o engenheiro Pereira Passos assumia a prefeitura da cidade e executaria uma política reformista radical no Rio de Janeiro. O marco delimitador será o ano de 1906, onde poderemos traçar um panorama da ação reformista na cidade durante a gestão de Pereira Passos interligando esse processo a prática policial diária. As reformas, como veremos a seguir, além de modificar bruscamente a vida da população pobre e deixá-la mais difícil, interferiram diretamente em atividades de trabalho, lazer e sobrevivência; foram responsáveis por uma repressão sufocante que visava enquadrar toda aquela plebe na agora “civilizada” cidade do Rio de Janeiro.

Um dos primeiros alvos de ataque do plano reformista foi o porto e as formas de moradia dos populares; nesse momento nos deteremos nas formas de habitação. Com o adensamento populacional no fim do século XIX, a solução para abrigar a população pobre foram os grandes casarões coloniais, que viraram as habitações coletivas e os cortiços. Ambos tinham as condições mais insalubres possíveis, aliadas a falta de saneamento total da cidade, o calor forte, a alimentação precária... Tudo isso produzia um ótimo ambiente para propagação de doenças e epidemias. A febre amarela, a varíola, a peste bubônica, a tuberculose eram responsáveis por muitos óbitos, que além de amedrontar a população e os estrangeiros, inibia novos investimentos, fazendo propaganda negativa da recém-proclamada República.

¹⁵ Revista Renascença, maio-1904, p. 83-86.

“Palacetes de feição afidalgada, por certo residência de nobres nos tempos da colônia ou do império, estendidos pelas ruas Camerino, Barão de São Félix, Visconde de Itaúna, Riachuelo e um milheiro de outras, encobrem com seu aspecto agigantado a negra miséria de uma população enorme. Ali se cozinha em comum, em corredores escuros, com ameaças permanentes de incêndio que lamberiam rapidamente aqueles andares cheios de infortúnio: mesmo nos vãos das escadas, escondem-se fogareiros, luzindo com suas brasas vermelhas como as faiscantes pupilas de gatos, a se aquecerem nos borralhos. As alcovas escuras ficam pesadas de camas.”¹⁶

O fim daqueles “antros” e expulsão dos pobres se fazia necessária para que a cidade ficasse “limpa” e com ares de progresso, o que não seria possível com aquela gente encortiçada e de hábitos promíscuos em velhos casarões coloniais. Além disso, essas moradias atrapalhavam a construção do maior ícone da modernidade carioca: a avenida Central.

“Este é o primeiro passo; o mais virá depois. Numa cidade onde as casas não sejam acachapados barracões indecentes e infectos, e as ruas não sejam esburacadas aglomerações de pedras e lagedos, a população deixará de ser esse ajuntamento de maltrapilhos em mangas de camisa e pés descalços, com que nos acotovelamos a cada instante.”¹⁷

Mais de 1700 imóveis foram demolidos. A capital por certo foi modernizada, à custa e empréstimos e demolições, que repeliram ou tentaram repelir a classe pobre, perigosa e pestilenta do centro da cidade, que agora deveria ser o espelho da República Brasileira.

Repressão policial e resistência popular

A exclusão social, a repressão policial e a resistência popular caminharam juntas nesse período republicano e os embates cotidianos com a polícia eram de toda ordem. A “missão” da polícia era ser defensora da modernidade, vigiar, reprimir e controlar a massa pobre e incivilizada que deveria fazer parte do teatro da Belle Époque somente para fornecer mão – de – obra abundante e barata. A “missão”, quase vital da população pobre,

¹⁶ Revista Renascença, março – 1905, p. 39.

¹⁷ Revista Renascença, maio - 1904, p. 83-86.

era então defender sua identidade e sua sobrevivência¹⁸. Temos diversos embates entre polícia e povo no cotidiano.¹⁹

“O controle do mundo urbano revela a não-aceitação por diversos grupos do conjunto de serviços e procedimentos oferecidos ou necessários para o funcionamento da cidade moderna(...). A ação contra ‘certas casas de habitação coletiva, espalhadas pelo litoral dessa capital’ é tarefa dos médicos da diretoria de higiene e assistência pública, mas deve ser feita com a colaboração da polícia (...). A resistência à institucionalização do serviço urbano transparece em inúmeros pequenos combates onde as agências da prefeitura ou as empresas têm de recorrer a polícia (...). A diretoria de obras e viação também tem de recorrer constantemente à polícia para impedir a passagem de carroceiros pelas ruas em obras, pois estes desmancham freqüentemente as cercas e trincheiras , recusando ao governo o direito de interditar as vias públicas(...). A polícia era chamada (...) para proteger os funcionários municipais encarregados do extermínio de cães vadios , figuras detestados que eram apedrejadas e agredidas pelos populares (...).”²⁰

A Diretoria de Higiene também se utilizava muito dos serviços policiais para vencer a resistência dos moradores as investidas sanitárias. A invasão de suas casas para desinfecção, retirada de doentes ou interdição e a invasão de seus corpos através da vacinação obrigatória acontecia de forma extremamente violenta e para que as medidas fossem aplicadas e a fiscalização fosse feita era sem dúvida necessário o apoio da polícia²¹. É fácil compreender assim que junto aos gritos de “abaixo a vacina” pudessem ser ouvido os gritos de “morra a polícia” também²².

¹⁸ “Nesta conjunção forma-se um cenário privilegiado para os interessados na constituição da cidade capitalista ou disciplinar . Encontram-se aí os embates entre os trabalhadores – em luta para preservar sua identidade, expressa em hábitos de lazer, trabalho e em inúmeras práticas sociais – em choque com a modernidade controladora almejada pelos sábios, que detinham poder suficiente para ser instrumentalizado em benefício da construção de suas utopias” BRETAS, Marcos Luiz *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 31.

¹⁹ Para exemplos de resistências populares aos serviço urbanos confira no Arquivo Nacional, GIF1, caixa 6C37.

²⁰ BRETAS, Marcos Luiz. BRETAS, Marcos Luiz *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 100.

²¹ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 94.

²² Ibid, p. 101. É curioso observar que, na maioria dos conflitos que ocorriam na cidade, junto aos gritos da causa sempre encontramos o grito de “ Morra a polícia”.

“Resistir a autoridade policial, portanto, era o comportamento que predominava entre os populares(...). Os membros das classes populares possuíam um conhecimento prático de que tinham que desconfiar da autoridade constituída, boicotar sua ação e resistir com violência quando possível. E às vezes, esta resistência era bem-sucedida. Além de homens pobres espancados e feridos por guardas civis e inspetores, o testemunho histórico também registra casos de meganhas vaiados, surrados e perseguidos por populares”.²³

É importante tentar ir além das grandes revoltas para compreender verdadeiramente o aparelho repressivo e de resistência. Apesar de serem importantes é necessário lembrar que elas não aconteciam diariamente. Uma análise sobre o trabalho policial e sobre as manifestações populares que só se concentre nelas pode se tornar um tanto quanto parcial. O trabalho cotidiano da polícia na Belle Époque era um tanto árduo devido as profundas operações realizadas em toda estrutura social e da difícil inserção do populacho na vida moderna, fazendo assim com que o ódio dirigido a ela aumentasse ainda mais. Odiava-se a polícia e tinha-se medo dela; os populares na maioria das vezes dirigiam seus ódios contra o governo para o representante deste mais próximo de sua realidade.

“Na consciência popular, portanto, a desconfiança em relação a autoridade não se exprimia tanto por uma percepção de que as leis eram feitas para garantir os privilégios de uns poucos, mais sim pela constatação prática de que a autoridade(...) estava nas ruas(...) para reprimir homens pobres, e não para arbitrar seus conflitos. A violência policial parecia tão generalizada e desmesurada que (...) na primeira década do século XX que é impossível subestimar o papel do aparato repressivo policial”.²⁴

Para polícia, que também se organizava²⁵, era difícil ter uma medida exata do controle que deveria exercer, precisava assim estar improvisando, misturando aprendizado técnico com o do cotidiano, mas na maioria das vezes sempre reprimia em excesso os pobres. As diretrizes políticas gerais eram seguidas a partir de arranjos particulares dos policiais, o que acabava por permitir a possibilidade de sobrevivências e de resistências²⁶.

²³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, 289.

²⁴ Ibid, p. 282.

²⁵ BRETAS, Marcos Luiz. *Luiz A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 37.

²⁶ Ibid, p. 93.

Podemos perceber assim que tanto quanto a resistência, a repressão é uma coisa fluída, que deve ser entendida através de práticas do cotidiano e não somente a partir de movimentos pontuais onde a violência é traço marcante, não havendo lugar para negociação ou uma outra alternativa mais viável para ser executada pelo policial.

Mas como é possível se aproximar desse cotidiano policial de repressão e resistência? Como se desvincular dos tão ricos e usados processos criminais e jornais, que embora sejam excelente fontes, nos dizem das escolhas feitas²⁷ e não do cotidiano?

Os livros de registro de ocorrência

Para tentar ir além dessas fontes podemos buscar os livros de registro de ocorrência das delegacias. Nesses livros eram armazenados os principais acontecimentos que tivessem necessitado do apoio policial, prisões, infrações de posturas, denúncias... Nesses livros temos o cotidiano da polícia e da população. A partir da análise desse tipo de fonte podemos ver mais de perto os hábitos populares, o dia-a-dia numa delegacia, os problemas enfrentados pelos policiais diariamente, a política de uma época, os crimes praticados que não iam parar nos tribunais, as práticas de resistência do povo (que iam desde vaias, fugas, apedrejamentos, desacato a autoridade, fornecimento de falsa identidade, acoitamento de criminosos, agressão a policiais e funcionários públicos envolvidos com a execução das reformas urbanas). Situações que ficaram fora da imprensa, das estatísticas e dos relatórios oficiais.

“Os livros de ocorrência retratam um trabalho policial que foi, em sua maior parte, ignorado pelas fontes oficiais(...). As estatísticas oficiais (...) se preocupam basicamente com a parte criminal do trabalho policial, subestimando ou mesmo ignorando a prestação de serviços(...). O trabalho criminal da polícia era um produto de definições estratégicas, que podem ser verificadas, até certo ponto, nos registros diários.”²⁸

Os livros de registro de ocorrência configuram um novo objeto de pesquisa, onde devemos aplicar uma metodologia diferenciada das utilizadas pelos que trabalham com a

²⁷ A polícia precisava escolher com cuidado os casos em que ia investir seus poucos recursos, decidindo-se pelos que tinham maior probabilidade de solução. A definição feita na hora do registro de ocorrência era essencial para dar continuidade da ação policial ou não. BRETAS, Marcos Luiz. *O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 24, 117 e 131.

²⁸ Ibid, p. 24.

polícia que se baseiam em dados quantitativos²⁹ ou seqüenciais pois, apesar de preservados, alguns livros não resistiram ou desapareceram.

Com um enfoque mais microscópico, que põe em evidencia o sujeito individual em relação com o Estado, está em desenvolvimento minha dissertação de mestrado³⁰, onde através da análise dos livros de registro de ocorrência das delegacias da cidade do Rio de Janeiro, busco a repressão e da resistência dos populares na época das reformas urbanas.

²⁹ “Os historiadores que pesquisam o crime sabem a quantidade de delitos não-registrados e as limitações da confiabilidade de suas fontes. Há um consenso geral sobre a capacidade da polícia de produzir mudanças nos registros(...). Certamente, a estrutura dos dados quantitativos da polícia pode ser alterada por uma questão de política, mas também é resultado de como as autoridades policiais e seu pessoal decidem se determinados comportamentos vão ser tratados como ou não(...) como crimes” Ibid, p. 13.

³⁰ Aluna do programa de pós-graduação em História da UFJF, sob a orientação da Prof. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.